

- a) O CONSÓRCIO, deverá emitir programação financeira trimestral até o dia 25 de cada mês, detalhando os compromissos do mês seguinte para permitir a análise do fluxo de caixa mensal, e desta forma antecipar as CONSORCIADAS sobre a necessidade de aportes financeiros necessários para o pagamento das obrigações contraídas;
- b) O CONSÓRCIO, deverá comunicar às CONSORCIADAS com 05 (cinco) dias úteis de antecedência a necessidade de aporte dos recursos financeiros necessários com base nos critérios previstos em alínea acima.

Parágrafo Primeiro: Sendo necessários novos aportes para fazer frente as despesas de execução do contrato, todas as CONSORCIADAS deverão proceder as necessárias contribuições, na proporção de suas respectivas participações no CONSÓRCIO, conforme cláusula SÉTIMA, sob pena de, não o fazendo, ser considerado remisso, aplicando-se o disposto no artigo 1.004 e seu parágrafo único do Código Civil, e conforme critérios abaixo:

- a) A CONSORCIADA que deixar de cumprir com os aportes programados, será chamada de CONSORCIADA INADIMPLENTE e a CONSORCIADA que cumprir com os aportes programados será chamada de CONSORCIADA ADIMPLENTE;
- b) A CONSORCIADA que não cumprir com o aporte programado se tornará INADIMPLENTE 24 (vinte e quatro) horas em dias úteis após a data programada para a realização do aporte;
- c) A CONSORCIADA que se tornar INADIMPLENTE será responsável pelo pagamento de juros, multa e cláusulas penais decorrentes dos compromissos firmados pelo CONSÓRCIO com terceiros, ainda que as demais CONSORCIADAS tenham, em razão da manutenção do bom nome do CONSÓRCIO, realizado os aportes e/ou o CONSÓRCIO tenha realizado o pagamento das despesas;
- d) Em relação às demais CONSORCIADAS ADIMPLENTES, a CONSORCIADA INADIMPLENTE arcará com multa de 2% (dois por cento), correção monetária pela taxa IPCA e juros de 1% ao mês, *pro rata dies*, sobre o valor que deixar de aportar, considerando a data programada do aporte até o efetivo cumprimento do aporte;
- e) A CONSORCIADA INADIMPLENTE terá, em eventual distribuição de resultado ou antecipação de distribuição de resultado, sua participação reduzida até o montante que deveria ter aportado, com a inclusão dos valores previstos em alínea "c" e dos juros, correção monetária e multa previstos na alínea "d";
- f) A CONSORCIADA que estiver INADIMPLENTE, terá o direito ao voto no CONSELHO EXECUTIVO suspenso enquanto assim permanecer;
- g) A partir da segunda vez consecutiva que a CONSORCIADA se tornar INADIMPLENTE, perderá 10% (dez por cento) de sua participação no CONSÓRCIO, assim sucessivamente. Seu percentual será distribuído para as demais CONSORCIADAS adimplentes, de acordo com o percentual definido e aprovado pelo CONSELHO DIRETOR.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de a CONSORCIADA INADIMPLENTE ter sua participação reduzida à zero, na forma da cláusula acima, haverá a informação ao CLIENTE contratante, para formalizar a anuência deste quanto a alteração da composição consorcial.